Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: janeiro de 2011.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Somente 21% dos núcleos rurais da reforma agrária têm licença ambiental – Catarina Alencastro – O Globo – 07/01/2011 4

Somente 21% dos núcleos rurais da reforma agrária têm licença ambiental – Catarina Alencastro – O Globo – 07/01/2011 6

Assentamentos descumprem lei ambiental – O Globo – Capa – 08/01/20119

Assentamentos na ilegalidade – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 08/01/2011 9

Retrato da ocupação – Janice Kiss - Globo Rural – 10/01/2011 11

MST testa Dilma com janeiro de invasões – O Globo – Capa – 11/01/2011 14

MST antecipa invasões a fazendas para forçar negociação com governo - Flávio Freire e Sérgio Roxo – O Globo – O País – 11/01/2011 14

O teste do salário mínimo e do MST – O Globo – Opinião – 12/01/2011 15

Valorização do café eleva preço da terra – Alexandre Inacio – Valor Econômico Agronegócios – 13/01/2011 16

MST invade pelo menos 23 fazendas em SP – João Alberti Pedrini – O Globo – 15/01/2011 18

MST invade pelo menos 23 fazendas em SP - João Alberto Pedrini – O Globo – 15/01/2011 19

MST intensifica ação e ocupa 35 fazendas – O Globo – O País – 17/01/2011 20

UDR critica o governo e os sem-terra - João Alberto Pedrini - O Globo – O País – 17/01/2011 21

Na Bahia, ordens judiciais são descumpridas – O Globo – O País – 17/01/2011 21

Futuro da reforma agrária fica em xeque – Estado de São Paulo – Capa – 20/01/2011 22

Plano de Dilma para erradicar pobreza põe em xeque modelo de reforma agraria – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2011 . 22

Juiz proíbe MST de acampar em áreas e rodovias públicas – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2011 24

Após Era Lula, foco no campo muda e discutirá eficiência – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2011 24

Ruralistas criticam 'favelização' do campo - Andrea Jubé Vianna – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2011 25

Reforma agrária, uma agenda atual – ROLF HACKBART – Folha de São Paulo – Opinião – 21/01/2011..... 26

CNA: Assentamentos Rurais devem garantir renda e dignidade aos que vivem no Campo – Sítio Eletrônico da CNA – 22/01/2011 27

Autoridades do Ceará fornecem água envenenada à população – Sítio Eletrônico do MST – 23/02/2011 28

Raquel Rigotto: A herança maldita do agronegócio – Sítio Eletrônico do MST – 23/01/2011..... 31

Combate ao trabalho escravo motiva atividades pelo país - Sítio eletrônico da CPT - 26/01/2011..... 35

O encontro com a dura realidade dos assentamentos rurais - Sítio Eletrônico da CNA - 27/01/2011..... 38

Projeto de Dorothy é cenário de faroeste – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Poder – 30/01/2011..... 39

Missionária foi morta após conflito agrário – João Carlos Magalhães - Folha de São Paulo – Poder – 30/01/2011..... 40

Somente 21% dos núcleos rurais da reforma agrária têm licença ambiental – Catarina Alencastro – O Globo – 07/01/2011

Dois anos depois de o Incra e a área ambiental do governo entrarem em choque por causa da revelação de que assentamentos de reforma agrária estavam no topo da lista dos maiores desmatadores das florestas do país, um levantamento feito pelo instituto a pedido do GLOBO revela que apenas 21% dos 8.763 núcleos rurais da reforma agrária brasileiros têm licença ambiental. Isso significa que quatro em cada cinco assentamentos do Incra estão na ilegalidade. Nessas áreas também podem estar ocorrendo crimes ambientais, com descumprimento da legislação sobre preservação de áreas de proteção permanente (APPs), como leitos de rios e topos de morro.

O Ibama já constatou que uma parte significativa dos crimes ambientais na Amazônia ocorre dentro dos assentamentos do próprio governo federal. Segundo o órgão, em 2010, dos 1.326 autos de infração lavrados por desmatamento, 18,5% ocorreram nos locais que o governo destinou para a reforma agrária. Do total de assentamentos, 6.878 estão sob responsabilidade do Incra; os demais são assentamentos estaduais ou reservas extrativistas, sob jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Expedição de licença é lenta

O Incra argumenta que o problema está nos estados. Caberia às secretarias estaduais de Meio Ambiente conceder as licenças, mas, em média, entre o pedido do Incra e a concessão do documento há um intervalo de cerca de um ano. Há casos em que mais de seis anos se passaram para que uma licença ambiental fosse expedida. Além do despreparo dos estados, há também um ingrediente político. É que no trâmite do licenciamento, o prefeito é questionado sobre se concorda ou não com cada um dos assentamentos previstos no município. Caso não queira ter colonos da reforma agrária em sua cidade, ele pode vetar o assentamento durante o processo de licenciamento ambiental.

Para se ter uma ideia, o Incra protocolou nas secretarias ambientais 5.305 pedidos de licenças entre 2003 e 2010. Mas a grande maioria continua sem andamento. Segundo o instituto, é impossível prever quando todos os assentamentos estarão com a pendência ambiental resolvida. Em Mato Grosso, por exemplo, há 534 assentamentos de reforma agrária. Nenhum deles possui licença ambiental.

- Nossa avaliação é que os órgãos ambientais estaduais não estão equipados para fazer licenciamentos - critica Luciano Brunet, coordenador geral de implantação de projetos de assentamento do Incra, sem fazer uma autocrítica sobre os desmatamentos em assentamentos já flagrados pelo Ibama no passado.

Estudos custam mais de R$ 150 mil

Luciano Brunet defende que o processo seja simplificado, já que para que a licença seja expedida, o Incra tem que elaborar um minucioso estudo sobre os impactos ambientais que o assentamento vai causar no local, e ainda prever quais

serão as atividades agrícolas exercidas ali. O processo é semelhante ao do licenciamento de empreendimentos de infraestrutura, como a construção de estradas e usinas. Além de lento, o licenciamento dos assentamentos também é caro. Alguns estudos custam ao Incra mais de R$ 150 mil.

- Simplificar o licenciamento é fundamental, mas o problema não se resolve só com papel. Resolve-se com educação. A gente desapropria uma área de pastagem, mas o colono não quer ficar na área onde está o campim. Ele quer ir para a área de reserva legal. É um desafio brutal para nós. A ideia é investir muito em educação ambiental e recuperação ambiental - afirma Brunet.

O Incra diz acreditar que é possível compatibilizar a reforma agrária com a proteção ao meio ambiente. A Coordenação de Meio Ambiente e Recursos Naturais do órgão informou que nos últimos quatro anos foram investidos R$ 75 milhões em ações de educação ambiental e recuperação de áreas degradadas. No entanto, uma pesquisa sobre a qualidade dos assentamentos divulgada pela própria instituição mostra que apenas 10% dos assentamentos recuperaram áreas desmatadas. Projetos de educação ambiental são uma realidade para apenas 3% dos assentamentos de reforma agrária brasileiros.

Um dirigente da área ambiental do governo afirma que um dos principais problemas na Amazônia é o desmatamento e a extração ilegal de madeira em assentamentos do Incra. Cenário do assassinato da missionária Dorothy Stang, Anapu (PA) tem pelo menos dois assentamentos (Virola-Jatobá e Esperança) que não são licenciados. Esses locais são alvo de invasão de madeireiros que desmatam ilegalmente matas nativas sob responsabilidade dos colonos do Incra.

Sem a licença ambiental, os colonos estão em situação de inadimplência e, pela lei, não podem ter acesso a créditos rurais, como recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Sem conseguir regularizar a situação, o governo flexibiliza a resolução 35/45, que cortou o crédito para quem não tem sua terra regularizada, e dá um prazo de um ou dois anos para que o problema seja resolvido. Expirado o prazo, o período é estendido por mais tempo.

Desmatamento já provocou embate

Em setembro de 2008, o Ministério do Meio Ambiente, na época comandado por Carlos Minc, divulgou uma lista com os cem maiores desmatadores da Amazônia. O Incra aparecia nas seis primeiras posições. No total, o órgão foi autuado pela destruição de 292.070 hectares de floresta em oito assentamentos. Entre os crimes cometidos estavam a ausência de licença ambiental, a retirada de vegetação nativa sem autorização do Ibama e das secretarias estaduais e o de impedir que matas primárias se regenerassem. Por tudo, o Incra foi multado em R$ 265,5 milhões.

O levantamento constrangeu o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o presidente do Incra, Rolf Hackbart. Os dois alegaram que a lista de Minc continha erros crassos e que muitas das coordenadas dos assentamentos não correspondiam à realidade. Minc respondeu que os assentamentos do Incra não eram sustentáveis, e que não adiantava brigar com os números.

Já Hackbart afirmou que a lista era uma tentativa de mascarar a real causa do desmatamento, e que não era justo culpar os assentados, os ribeirinhos e os povos indígenas.

Para acalmar a situação, o ex-presidente Lula solicitou uma auditoria para checar se os dados estavam corretos. O resultado do trabalho mostrou que a situação ambiental dos assentamentos do Incra era ainda mais grave. Os núcleos rurais de reforma agrária listados no Mato Grosso tinham, na verdade, cometido 18% mais desmatamentos que o constatado inicialmente.

O Incra desqualificou o estudo do Ibama, dizendo que somado ao desmatamento ilegal estavam sendo computados desmatamentos autorizados. E chegou a provocar o Instituto Chico Mendes a também apresentar as taxas de desmatamento dentro de parques e reservas. No final das contas, foi negociado um acordo para converter as multas do Incra em pagamentos por serviços ambientais.

Leia mais sobre esse assunto em http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/01/07/somente-21-dos-nucleos-rurais-da-reforma-agraria-tem-licenca-ambiental-923454732.asp#ixzz1LPyqqMiB
© 1996 - 2011. Todos os direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A.

Somente 21% dos núcleos rurais da reforma agrária têm licença ambiental – Catarina Alencastro – O Globo – 07/01/2011

BRASÍLIA - Dois anos depois de o Incra e a área ambiental do governo entrarem em choque por causa da revelação de que assentamentos de reforma agrária estavam no topo da lista dos maiores desmatadores das florestas do país, um levantamento feito pelo instituto a pedido do GLOBO revela que apenas 21% dos 8.763 núcleos rurais da reforma agrária brasileiros têm licença ambiental. Isso significa que quatro em cada cinco assentamentos do Incra estão na ilegalidade. Nessas áreas também podem estar ocorrendo crimes ambientais, com descumprimento da legislação sobre preservação de áreas de proteção permanente (APPs), como leitos de rios e topos de morro.

O Ibama já constatou que uma parte significativa dos crimes ambientais na Amazônia ocorre dentro dos assentamentos do próprio governo federal. Segundo o órgão, em 2010, dos 1.326 autos de infração lavrados por desmatamento, 18,5% ocorreram nos locais que o governo destinou para a reforma agrária. Do total de assentamentos, 6.878 estão sob responsabilidade do Incra; os demais são assentamentos estaduais ou reservas extrativistas, sob jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Expedição de licença é lenta

O Incra argumenta que o problema está nos estados. Caberia às secretarias

estaduais de Meio Ambiente conceder as licenças, mas, em média, entre o pedido do Incra e a concessão do documento há um intervalo de cerca de um ano. Há casos em que mais de seis anos se passaram para que uma licença ambiental fosse expedida. Além do despreparo dos estados, há também um ingrediente político. É que no trâmite do licenciamento, o prefeito é questionado sobre se concorda ou não com cada um dos assentamentos previstos no município. Caso não queira ter colonos da reforma agrária em sua cidade, ele pode vetar o assentamento durante o processo de licenciamento ambiental.

Para se ter uma ideia, o Incra protocolou nas secretarias ambientais 5.305 pedidos de licenças entre 2003 e 2010. Mas a grande maioria continua sem andamento. Segundo o instituto, é impossível prever quando todos os assentamentos estarão com a pendência ambiental resolvida. Em Mato Grosso, por exemplo, há 534 assentamentos de reforma agrária. Nenhum deles possui licença ambiental.

- Nossa avaliação é que os órgãos ambientais estaduais não estão equipados para fazer licenciamentos - critica Luciano Brunet, coordenador geral de implantação de projetos de assentamento do Incra, sem fazer uma autocrítica sobre os desmatamentos em assentamentos já flagrados pelo Ibama no passado.

Estudos custam mais de R$ 150 mil

Luciano Brunet defende que o processo seja simplificado, já que para que a licença seja expedida, o Incra tem que elaborar um minucioso estudo sobre os impactos ambientais que o assentamento vai causar no local, e ainda prever quais serão as atividades agrícolas exercidas ali. O processo é semelhante ao do licenciamento de empreendimentos de infraestrutura, como a construção de estradas e usinas. Além de lento, o licenciamento dos assentamentos também é caro. Alguns estudos custam ao Incra mais de R$ 150 mil.

- Simplificar o licenciamento é fundamental, mas o problema não se resolve só com papel. Resolve-se com educação. A gente desapropria uma área de pastagem, mas o colono não quer ficar na área onde está o campim. Ele quer ir para a área de reserva legal. É um desafio brutal para nós. A ideia é investir muito em educação ambiental e recuperação ambiental - afirma Brunet.

O Incra diz acreditar que é possível compatibilizar a reforma agrária com a proteção ao meio ambiente. A Coordenação de Meio Ambiente e Recursos Naturais do órgão informou que nos últimos quatro anos foram investidos R$ 75 milhões em ações de educação ambiental e recuperação de áreas degradadas. No entanto, uma pesquisa sobre a qualidade dos assentamentos divulgada pela própria instituição mostra que apenas 10% dos assentamentos recuperaram áreas desmatadas. Projetos de educação ambiental são uma realidade para apenas 3% dos assentamentos de reforma agrária brasileiros.

Um dirigente da área ambiental do governo afirma que um dos principais problemas na Amazônia é o desmatamento e a extração ilegal de madeira em assentamentos do Incra. Cenário do assassinato da missionária Dorothy Stang, Anapu (PA) tem pelo menos dois assentamentos (Virola-Jatobá e Esperança) que não são licenciados. Esses locais são alvo de invasão de madeireiros que desmatam ilegalmente matas nativas sob responsabilidade dos colonos do Incra.

Sem a licença ambiental, os colonos estão em situação de inadimplência e, pela lei, não podem ter acesso a créditos rurais, como recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Sem conseguir regularizar a situação, o governo flexibiliza a resolução 35/45, que cortou o crédito para quem não tem sua terra regularizada, e dá um prazo de um ou dois anos para que o problema seja resolvido. Expirado o prazo, o período é estendido por mais tempo.

Desmatamento já provocou embate

Em setembro de 2008, o Ministério do Meio Ambiente, na época comandado por Carlos Minc, divulgou uma lista com os cem maiores desmatadores da Amazônia. O Incra aparecia nas seis primeiras posições. No total, o órgão foi autuado pela destruição de 292.070 hectares de floresta em oito assentamentos. Entre os crimes cometidos estavam a ausência de licença ambiental, a retirada de vegetação nativa sem autorização do Ibama e das secretarias estaduais e o de impedir que matas primárias se regenerassem. Por tudo, o Incra foi multado em R$ 265,5 milhões.

O levantamento constrangeu o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o presidente do Incra, Rolf Hackbart. Os dois alegaram que a lista de Minc continha erros crassos e que muitas das coordenadas dos assentamentos

não correspondiam à realidade. Minc respondeu que os assentamentos do Incra não eram sustentáveis, e que não adiantava brigar com os números.

Já Hackbart afirmou que a lista era uma tentativa de mascarar a real causa do desmatamento, e que não era justo culpar os assentados, os ribeirinhos e os povos indígenas.

Para acalmar a situação, o ex-presidente Lula solicitou uma auditoria para checar se os dados estavam corretos. O resultado do trabalho mostrou que a situação ambiental dos assentamentos do Incra era ainda mais grave. Os núcleos rurais de reforma agrária listados no Mato Grosso tinham, na verdade, cometido 18% mais desmatamentos que o constatado inicialmente.

O Incra desqualificou o estudo do Ibama, dizendo que somado ao desmatamento ilegal estavam sendo computados desmatamentos autorizados. E chegou a provocar o Instituto Chico Mendes a também apresentar as taxas de desmatamento dentro de parques e reservas. No final das contas, foi negociado um acordo para converter as multas do Incra em pagamentos por serviços ambientais.

Assentamentos descumprem lei ambiental – O Globo – Capa – 08/01/2011

O Incra admitiu que ape- nas 21% dos assentamentos de reforma agrária do país têm licença ambiental. Ano passado, 18,5% das multas por desmatamento foram em assentamentos. O Incra transfere a culpa para os go- vernos estaduais.

Assentamentos na ilegalidade – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 08/01/2011

Dois anos depois de o Incra e a área ambiental do gover- no entrarem em choque por causa da revelação de que assentamentos de reforma agrária estavam no topo da lista dos maiores desmatadores das florestas do país, um levantamento feito pelo instituto a pedido do GLOBO revela que apenas 21% dos 8.763 núcleos rurais da reforma agrária brasileiros têm licença ambiental. Isso significa que quatro em cada cinco assenta- mentos do Incra estão na ilegalida- de. Nessas áreas também podem es- tar ocorrendo crimes ambientais, com descumprimento da legislação sobre preservação de áreas de pro- teção permanente (APPs), como lei- tos de rios e topos de morro.

O Ibama já constatou que uma parte significativa dos crimes am- bientais na Amazônia ocorre den- tro dos assentamentos do próprio governo federal. Segundo o órgão, em 2010, dos 1.326 autos de infra- ção lavrados por desmatamento, 18,5% ocorreram nos locais que o governo destinou para a reforma agrária. Do total de assentamentos, 6.878 estão sob responsabilidade do Incra; os demais são assenta- mentos estaduais ou reservas ex- trativistas, sob jurisdição do Insti- tuto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Expedição de licença é lenta

O Incra argumenta que o problema está nos estados. Caberia às secretarias estaduais de Meio Ambiente conceder as licenças, mas, em mé- dia, entre o pedido do Incra e a concessão do documento há um intervalo de cerca de um ano. Há casos em que mais de seis anos se passaram para que uma licença ambiental fosse expedida. Além do despreparo dos estados, há também um ingrediente político. É que no trâmite do licenciamento, o prefeito é questionado sobre se concorda ou não com cada um dos assentamentos previs- tos no município. Caso não queira ter colonos da reforma agrária em sua cidade, ele pode vetar o assen- tamento durante o processo de li- cenciamento ambiental.

Para se ter uma ideia, o Incra pro- tocolou nas secretarias ambientais 5.305 pedidos de licenças entre 2003 e 2010. Mas a grande maioria continua sem andamento. Segundo o instituto, é impossível prever quando todos os assentamentos estarão com a pendência ambiental resolvida. Em Mato Grosso, por exemplo, há 534 assentamentos de reforma agrária. Nenhum deles possui licença ambiental.

— Nossa avaliação é que os ór- gãos ambientais estaduais não es- tão equipados para fazer licencia- mentos — critica Luciano Brunet, coordenador geral de implantação de projetos de assentamento do Incra, sem fazer uma autocrítica sobre os desmatamentos em as- sentamentos já flagrados pelo Iba- ma no passado. Estudos custam mais de R$ 150 mil

Luciano Brunet defende que o processo seja simplificado, já que para que a licença seja expedida, o Incra tem que elaborar um minu- cioso estudo sobre os impactos ambientais que o assentamento vai causar no local, e ainda prever quais serão as atividades agrícolas exercidas ali. O processo é seme- lhante ao do licenciamento de em- preendimentos de infraestrutura, como a construção de estradas e usinas. Além de lento, o licencia- mento dos assentamentos também é caro. Alguns estudos custam ao Incra mais de R$ 150 mil.

— Simplificar o licenciamento é fundamental, mas o problema não se resolve só com papel. Resolve- se com educação. A gente desa- propria uma área de pastagem, mas o colono não quer ficar na área onde está o campim. Ele quer ir para a área de reserva legal. É

DESMATAMENTO FLAGRADO pelos fiscais do Ibama em fevereiro de 2008 no Assentamento Mercedes, entre Sinop e Tabaporã, em Mato Grosso: o problema persiste

O FISCAL Antônio de Paiva Ganme, do Ibama, diante de toras apreendidas em Sinop, na mesma operação de 2008

Desmatamento já provocou embate

BRASÍLIA. Em setembro de 2008, o Ministério do Meio Ambiente, na época comanda- do por Carlos Minc, divulgou uma lista com os cem maiores desmatadores da Amazônia. O Incra aparecia nas seis primei- ras posições. No total, o órgão foi autuado pela destruição de 292.070 hectares de floresta em oito assentamentos. Entre os crimes cometidos estavam a ausência de licença ambien- tal, a retirada de

vegetação na- tiva sem autorização do Iba- ma e das secretarias esta- duais e o de impedir que ma- tas primárias se regeneras- sem. Por tudo, o Incra foi mul- tado em R$ 265,5 milhões.

O levantamento constran- geu o então ministro do De- senvolvimento Agrário, Gui- lherme Cassel, e o presidente do Incra, Rolf Hackbart. Os dois alegaram que a lista de Minc continha erros crassos e que muitas das coordenadas dos assentamentos não cor- respondiam à realidade. Minc respondeu que os assenta- mentos do Incra não eram sus- tentáveis, e que não adiantava brigar com os números.

Já Hackbart afirmou que a lista era uma tentativa de mas- carar a real causa do desmata- mento, e que não era justo cul- par os assentados, os ribeiri- nhos e os povos indígenas.

Para acalmar a situação, o ex-presidente Lula solicitou uma auditoria para checar se os dados estavam corretos. O resultado do trabalho mostrou que a situação ambiental dos assentamentos do Incra era ainda mais grave. Os núcleos rurais de reforma agrária lista- dos no Mato Grosso tinham, na verdade, cometido 18% mais desmatamentos que o consta- tado inicialmente.

O Incra desqualificou o es- tudo do Ibama, dizendo que somado ao desmatamento ilegal estavam sendo compu- tados desmatamentos autori- zados. E chegou a provocar o Instituto Chico Mendes a também apresentar as taxas de desmatamento dentro de parques e reservas. No final das contas, foi negociado um acordo para converter as multas do Incra em pagamen- tos por serviços ambientais.

MOTOSSERRAS APREENDIDAS pelo Ibama em operações na região de Sinop para apenas 3% dos assentamentos de reforma agrária brasileiros.

Um dirigente da área ambiental do governo afirma que um dos prin- cipais problemas na Amazônia é o desmatamento e a extração ilegal de madeira em assentamentos do Incra. Cenário do assassinato da missionária Dorothy Stang, Anapu (PA) tem pelo menos dois assenta- mentos (Virola-Jatobá e Esperança) que não são licenciados. Esses lo- cais são alvo de invasão de madei- reiros que desmatam ilegalmente matas nativas sob responsabilidade dos colonos do Incra.

Sem a licença ambiental, os co- lonos estão em situação de inadim- plência e, pela lei, não podem ter acesso a créditos rurais, como recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Fa- miliar (Pronaf). Sem conseguir re- gularizar a situação, o governo fle- xibiliza a resolução 35/45, que cor- tou o crédito para quem não tem sua terra regularizada, e dá um prazo de um ou dois anos para que o problema seja resolvido. Expira- do o prazo, o período é estendido por mais tempo.

Retrato da ocupação – Janice Kiss - Globo Rural – 10/01/2011

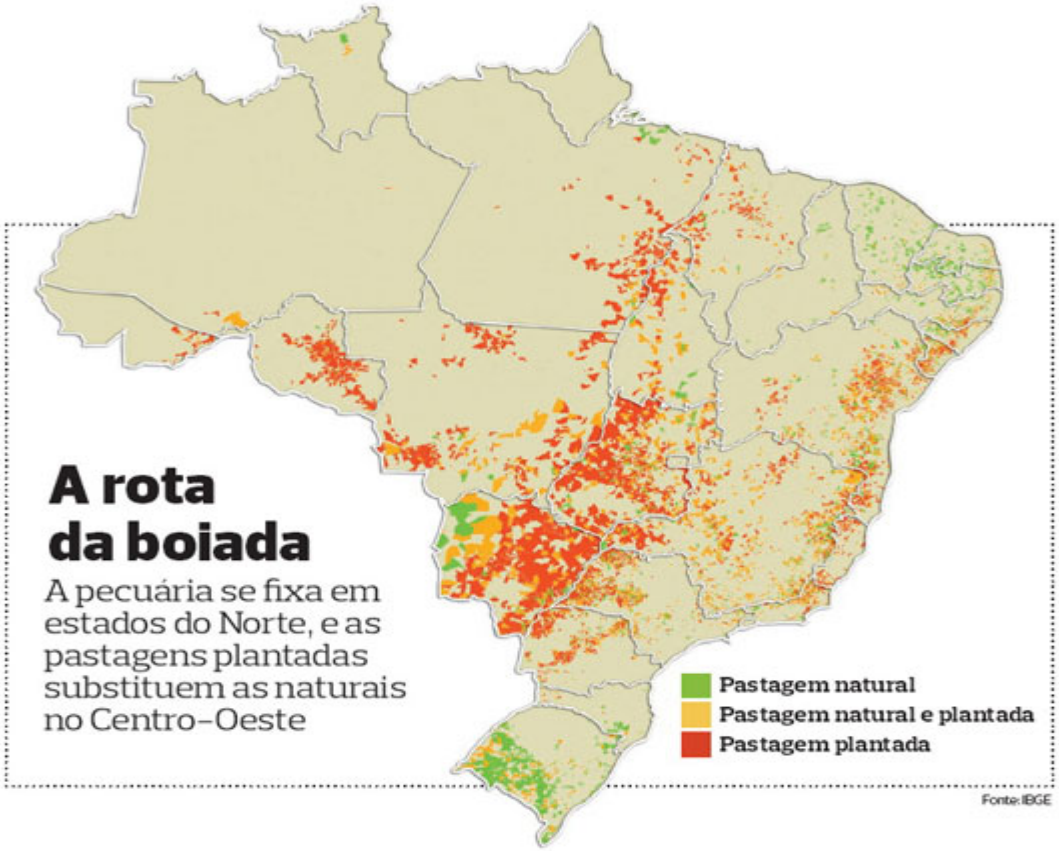
O IBGE lança o primeiro mapa sobre o uso da terra no Brasil, com base nos levantamentos do Censo Agropecuário 2006, que identificou o avanço das pastagens em direção ao norte do país

Agora os números do Censo Agropecuário 2006, publicado em novembro de 2009, viraram imagens. O primeiro mapa nacional do uso da terra no Brasil, divulgado pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no final do ano passado, ilustra os levantamentos realizados por pesquisadores alguns anos atrás – mas ainda muito reveladores. A Região Norte é revestida por extensas áreas verdes que abrigam atividades extrativistas. O Sul e o Sudeste são caracterizados pelas lavouras temporárias, formadas por plantios de duração menor que um ano, como a cana-de-açúcar e o amendoim; e no Centro-Oeste, as pastagens plantadas substituíram as naturais. Porém, um retrato reforça o que apontavam os estudos anteriores. Ele mostra que a pecuária do Centro-Oeste avança para o Norte, em direção a Tocantins, e já se encontra também no Maranhão e em Rondônia. A criação de gado e a agricultura, vizinhas às unidades de conservação e às terras indígenas, pressionam o bioma amazônico. Segundo Eloisa Domingues, gerente do projeto, o IBGE pretende fazer também um estudo do censo anterior, do ano de 1996, para traçar uma comparação da expansão dessas atividades durante o período. "O trabalho será publicado ainda durante este ano", afirma.

Para Thomas Lewinsohn, professor do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e presidente da Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação (Abeco), a pressão das pastagens próximas às áreas protegidas não apresenta dados novos. "Mas essas 'fotografias' são um documento importante para revelar um tipo de ocupação que exclui a preservação", analisa. Estima-se que 80 milhões de cabeças de gado estejam na região, cujo sistema de criação é um dos responsáveis pelo desmatamento. O professor é da opinião de que a Amazônia não pode ser tratada como área intocável, pois necessita de atividades econômicas como qualquer outro lugar. "Mas não de qualquer jeito ou qualquer uma", diz. Para ele, o sistema agrossilvipastoril é o modelo ideal de ocupação, ao conciliar gado com floresta.

A publicação do mapa do uso da terra contribuiu para aumentar as discordâncias em torno das mudanças do Código Florestal, que serão votadas neste ano. A dúvida se baseia em quanto essas alterações vão facilitar a implantação de atividades em prejuízo do meio ambiente.



O professor Lewinsohn e outros cinco pesquisadores brasileiros tiveram uma carta publicada pela Science, uma das mais prestigiadas revistas científicas do mundo, no ano passado, em que alertavam a comunidade científica internacional para os riscos oferecidos por essas modificações. As mais polêmicas são a ocupação de topos de morro; a flexibilização da Reserva Legal (hoje, a lei exige que deve ser de 20%, subindo para 35% no Cerrado e chegando a 80% na região amazônica); isenção das pequenas propriedades em manter e recuperar essa área; e a diminuição de 30 metros para 15 metros da área de preservação de matas ciliares em rios com até cinco metros de largura.

Para esse grupo de cientistas, as alterações provocarão um revés ambiental. "As áreas de preservação cumprem um enorme serviço aos ecossistemas ao diminuir a erosão e o assoreamento dos rios, estabilizar as encostas, proporcionar a recarga dos aquíferos e garantir a população de polinizadores, importante para a própria atividade agrícola, que vai ser altamente prejudicada no médio e longo prazo", argumenta Lewinsohn. Segundo ele, os pesquisadores concordam que o Código Florestal, de 1965, está desatualizado. "Nossa discordância é em relação aos poucos estudos efetuados e à pressa dos parlamentares em aprovar mudanças drásticas", informa. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) rebate os argumentos ao informar que o país concilia 175 milhões de hectares de áreas protegidas com uma produtividade total da agricultura que cresceu 5% ao ano nas últimas décadas. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da CNA, declarou em entrevista coletiva na entidade que "as discussões em torno do assunto estão amadurecidas". Ela argumentou que seria errônea a ideia de que a aprovação do Código Florestal ampliará o desmatamento.

O professor Thomas Lewinsohn avalia que a polêmica que cerca a nova legislação ambiental não é adequada a um país que assumiu papel de liderança durante as últimas COPs (Conferência entre as Partes), nas Reuniões do Clima ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Na Dinamarca, em 2009, o Brasil foi um dos primeiros a se comprometer a cortar aproximadamente 1 bilhão de toneladas de suas emissões de gases de efeito estufa em uma década. No México, no final do ano passado, a delegação brasileira teve papel importante para a criação do Fundo Verde do Clima, que deverá somar 100 bilhões de dólares anuais a partir de 2020. A meta é financiar ações de combate ao aquecimento global nos países em desenvolvimento mais vulneráveis, como algumas nações africanas.

MST testa Dilma com janeiro de invasões – O Globo – Capa – 11/01/2011

Num movimento batizado de "janeiro quente", o MST iniciou uma onda de inva- sões a fazendas de São Pau- lo e a sedes de prefeituras da Bahia. O objetivo é forçar o governo Dilma Rousseff a abrir um canal de negociações com o movimento. "O MST é autônomo em relação a qualquer governo", disse Delweck Matheus, coorde- nador do MST no Pontal do Paranapanema (SP). Estão previstas mais ocupações em todo o país.

MST antecipa invasões a fazendas para forçar negociação com governo - Flávio Freire e Sérgio Roxo – O Globo – O País – 11/01/2011

Ocupações estavam previstas para abril; prédios públicos também são alvo

SÃO PAULO. Ainda sem canal de negociação com o governo Dilma Rousseff, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) decidiu antecipar as invasões pelo país, normalmente programadas para o chamado Abril Vermelho, quando uma onda de ocupações é organizada como protesto às mortes ocorridas em 1996 em Eldorado do Ca- rajás, no Pará. Desde o último dia 3, primeiro dia útil da gestão de Dilma, o MST tem invadido fazendas e prédios públicos ligados à reforma agrária, em São Paulo, além de prefeituras na Bahia, num período caracterizado como "janeiro quente".

Dirigentes do movimento dizem que a retomada das ocupações é uma obrigação e não depende de quem está no poder.— O MST é autônomo em relação a qualquer governo, e esperamos que essas ocupações reforcem a abertura de um diálogo — disse Delweck Matheus, um dos coordenadores do MST no Pontal do Paranapanema, região onde os sem-terra criaram um movimento dissidente, ligado a José Rainha Júnior.— É uma obrigação do MST lutar pela terra e colocar a re- forma agrária na pauta também do novo governo — disse.

Número de famílias assentadas cai 44%

A ideia é não perder tempo na negociação com o governo . Estudo da Comissão

Pastoral da Terra (CPT) mostra uma redução de 44% do número de famílias assentadas em 2010 no país em relação ao ano anterior, além da diminuição de 72% do volu- me de hectares destinadas às famílias sem terra. "A realidade é que a promessa do presidente Lula de fazer a reforma agrária com uma canetada não foi cumprida", diz texto da CPT.

Até ontem, a mobilização do MST envolvia apenas São Paulo e Bahia, mas o movimento já estaria articulando ocupações em todo o país para os próximos dias. Os primeiros passos foram dados em São Paulo, quan- do três propriedades particulares foram invadidas. Os sem-terra ocuparam as fazendas Rancho Alegre, em Castilho; Bertazoni, em Cafelândia; e Martinópolis, em Serrana.

Na semana passada, cerca de 200 pessoas acamparam na entrada do Instituto de Terra de São Paulo (Itesp), em Presidente Prudente. A preocupação com uma possível onda de violência no campo fez com que o governo de São Paulo já se antecipas-se na busca de uma solução.

—A onda já começou,e o temor não é só invasão, mas também os desdobramentos que possam ocorrer. Se os donos dessas áreas resolvem revidar, isso pode gerar risco pa- ra as pessoas envolvidas. Sejam os fazendeiros ou os integrantes do movimento — disse ontem Eloisa Arruda, secretária de Justiça de São Paulo.

Ela se reúne hoje com líde- res do MST em São Paulo. — Como estou assumindo agora, quero que me conheçam — disse Eloisa, num movimento criticado pelos ruralistas. — É inaceitável que o gover- no chame para o diálogo quem está fora da lei — reclamou o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, que teme o risco de enfrentamento. — O dono da terra tem o direito legítimo de defender sua propriedade. O problema é que pode acontecer fatalidades.

A secretária de Justiça reagiu às crítica do ruralista: — Nós queremos ouvir as pessoas e buscar soluções que sejam boas para todos, e assim evitar situações de risco. Tam- bém marquei uma reunião com os ruralistas para quinta-feira.

A secretaria lembrou que a questão da ocupação de terra não é assunto de competência do estado, mas do governo federal. Ainda assim, ela diz que está disposta a tentar apaziguar os ânimos na disputa de terra.

O teste do salário mínimo e do MST – O Globo – Opinião – 12/01/2011

O disparo de Carlos Lupi contra a posição oficial, externada pelo ministro Guido Mantega, a favor de um salário mínimo não superior a R$ 540, é de quem não se sente parte de um governo. Lupi, ao dizer que o Executivo deve se curvar ao que decidir o Con- gresso, agiu como chefe de partido, o PDT, não como alguém do primeiro escalão governamental.

A posição assumida pelo ministro do Trabalho é típica de um governo que herda da gestão Lula a marca do fisiologismo na sua composição. Lupi se encontra no ministério não para cumprir um programa do Planalto, mas para trabalhar por suas bases e, em troca, destinar os votos do partido no Congresso para aprovar projetos do Palácio. Mas desde que atendam à sua clientela.

Parece claro que Dilma Rousseff não governa do púlpito, como o antecessor, o

qual, em oito anos, fez, em média, um pronunciamento por dia. Um exagero. Mas, como a presidente tem um ministério montado a partir da mesma visão fisiológica do toma lá dá cá da gestão Lula, se série de invasões de terras e de prédios públicos este mês — é mais um problema a ser equacionado. A temperatura deve aumentar partições públicas. Para ser coerente, terá de repetir as críticas.

A presidente foi premonitória ao citar Guimarães Rosa no discurso de posse: "Viver é perigoso." Sem dúvida, há enormes riscos em se presidir um país necessitado de correção de rumos no momento em que o governo se sustenta em partidos mal acostumados com barganhas por baixo da mesa.

Há, ainda, neste amplo arco de alianças, corporações sindicais — de que Carlos Lupi é um dos agentes no ministério — incapazes de enxergar a sociedade como um todo. A elas ainda se juntam organizações ditas sociais, interessadas em estar no poder e, como muitas outras, em ter acesso fácil ao Tesouro.

É impossível o Planalto atender todas as demandas desses aliados e ainda preservar a estabilidade econômica e o crescimento. O "não" terá de ser dito por alguém.

Valorização do café eleva preço da terra – Alexandre Inacio – Valor Econômico Agronegócios – 13/01/2011

Boa perspectiva para a commodity inflaciona cotações das áreas, mas poucos negócios são fechados

A valorização dos preços do café, principalmente a partir do segundo semestre do ano passado, aqueceu o mercado de terras cultivadas com o grão no Brasil, conjuntura que há muito tempo não se via. A alta da commodity acentuou ainda mais o movimento ascendente das cotações de terras agrícolas no país, tendência que tem ganhado força nos últimos cinco anos.

Levantamento realizado pela consultoria paulista AgraFNP identificou que em algumas áreas do sul de Minas — principal região produtora do Brasil —, o preço do hectare com a lavoura de café instalada teve uma valorização de até 10% nos últimos 12 meses encerrados em outubro de 2010. Segundo a consultoria, nos municípios de Araguari e Araxá, por exemplo, o valor do hectare está hoje entre R$ 15 mil e R$ 17 mil, 10% acima dos preços registrados em outubro de 2009.

De acordo com Jacqueline Bierhals, analista de mercado de terras da AgraFNP, na região de Guaxupé, o hectare de café teve um ganho de 5% e vale hoje entre R$ 9,5 mil e R$ 11 mil. Ela afirma que essa alta ainda não reflete toda a valorização dos preços do café. "Pode ser que de agora em diante os efeitos das cotações da commodity sejam mais claros sobre os preços das terras, uma vez que esses valores não pegaram ainda a alta que o café teve nos dois últimos meses do ano", observa a analista.

Ela lembra que diferentemente de outros produtos agrícolas, o café tem algumas características específicas. Por ser uma cultura perene, a transferência dos ganhos ou perdas da commodity para os valores das terras ocorre de forma mais lenta que na soja, milho e outras culturas anuais. "O reflexo sempre existe, mas no café a

dinâmica é outra", afirma Jacqueline.

As altas de 53,2% nos preços do café na bolsa de Nova York no ano passado, de quase 50% na BM&FBovespae de 51,5% no mercado físico passaram a atiçar o interesse de investidores. Além dos ganhos acumulados em 2010, a tendência de aumento de consumo de café diante de uma oferta mais apertada para os próximos anos também fez com que a procura por terras aumentasse de forma expressiva.

"A procura por terras com café plantado, de fato, aumentou, mas não são produtores tradicionais que estão interessados em comprar mais terras. Isso acontece, mas estou vendo gente de fora do setor querendo especular diante da atual conjuntura do m e r c a d o", afirma José Antônio dos Santos, corretor independente de terras com 20 anos de experiência no segmento. "De qualquer forma, os preços das terras estão subindo porque os produtores acreditam que seu negócio melhorou e vai continuar melhorando", diz.

O corretor conta que o último negócio que fechou foi há aproximadamente um mês, no município de Monte Santo de Minas. O negócio saiu a R$ 60 mil por alqueire, aproximadamente R$ 24,8 mil por hectare — um alqueire equivale a 2,42 hectares. "Estou para fechar um outro negócio na mesma região, mas estamos em fase de negociação. O comprador está oferecendo R$ 35 mil pelo alqueire, mas o vendedor que mais", diz.

O aumento da procura e a consequente valorização dos preços das terras para café, contudo, têm inibido a concretização de muitos negócios. "A demanda por parte de compradores praticamente dobrou a partir dos últimos seis meses do ano passado. A concretização dos negócios em si, no entanto, caiu praticamente pela metade", afirma Saulo Diniz, dono de imobiliária na região de Alfenas, no sul de Minas.

Há dez anos atuando nesse mercado, Diniz conta que o setor cafeeiro já viveu, num passado recente, um movimento de alta nos preços das terras, mas não tão intenso como o verificado agora.

Apesar de elevado, o valor do hectare varia de acordo com a qualidade da propriedade, localização e, principalmente, topografia do terreno onde o cafezal está instalado. "As terras montanhosas, por exemplo, valem menos porque não é possível mecanizar a colheita. Isso eleva muito o custo da mão de obra e reduz a margem do produtor, o que deixa os valores em algumas regiões mais baixos em comparação a outras", diz o empresário.

Mas não é apenas topografia e localização que determinam o preço das terras de café. O grau de endividamento do cafeicultor, a forma de pagamento e o percentual ocupado por café e outras culturas na propriedade também são fatores que podem ser determinantes para a conclusão do negócio. "O preço do hectare de uma propriedade grande, que tenha só metade de sua área ocupada com café e a outra metade com pasto, por exemplo, vale menos que o hectare de uma fazenda menor, mas que tenha 100% de café", diz o corretor José Antônio dos Santos.

Mais sobre preços às páginas B8 e B9

MST invade pelo menos 23 fazendas em SP – João Alberti Pedrini – O Globo – 15/01/2011

SÃO PAULO E PRESIDENTE PRUDENTE (SP) - Pelo menos 23 propriedades rurais foram ocupadas na madrugada de sábado por cinco organizações de sem-terra em três diferentes regiões do estado de São Paulo. Na região do Pontal do Paranapanema, onde o dissidente do MST José Rainha Júnior afirma ter mobilizado 5 mil trabalhadores, foram ocupadas cinco fazendas, 13 na região de Araçatuba e mais cinco na Alta Paulista. A mobilização dos sem-terra, já batizada de "Janeiro Quente" quer marcar posição no começo do governo da presidente Dilma Rousseff.

Em algumas das 23 propriedades os sem-terra nem chegaram a entrar, mas estão acampados nas imediações. De acordo com Rainha, um grande acampamento começou a ser montado no município de Teodoro Sampaio, no Pontal, local considerado o centro de uma área de 92,6 mil hectares consideradas públicas, segundo decisão recente da 2ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). "As terras do 15º Perímetro são do povo. São da reforma agrária", afirmou Rainha em nota divulgada ontem.

- Estamos construindo um grande acampamento nos 92 mil hectares de terras públicas no Pontal, almejando agilizar as arrecadações destas terras e assentar mais de 8 mil famílias acampadas anos e anos nas margens das estradas dos municípios do Pontal, Araçatuba e Alta Paulista. Estas terras foram todas griladas pelos latifundiários amparados pelo governo dos tucanos há décadas - disse ainda o líder na nota.

O comando da Polícia Militar da região confirmou a grande mobilização dos sem-terra e informou não ter registro de qualquer conflito, mas garantiu estar acompanhando as ações. "Não queremos conflito, apenas diálogo e negociação", disse José Rainha na nota. Segundo líder sem-terra, além do MST, estão mobilizados trabalhadores do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast), do Movi9mento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), do Unidos pela Terra (Uniterra) e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo (Feraesp) que tem o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região.

De acordo com o documento divulgado por Rainha, assinado pelas entidades dos sem-terra , os alvos são fazendas improdutivas. O objetivo é agilizar as arrecadações de terras e assentar mais de 8 mil famílias acampadas nas estradas de diversos municípios paulistas. O "Janeiro Quente" quer chamar a atenção do governo do estado para a "inclusão social do trabalhador rural desempregado, pelo fim do regime de escravidão nos canaviais, pelo fim da pobreza e da exploração, pelo fim do latifúndio e por justiça social".

Segundo a nota, os movimentos reivindicam dos "Poderes Executivo e Legislativo" atualização dos índices de produtividade datado de 1970; assentamento urgente das famílias acampadas; agroindústria e programa de biodiesel para os assentados; apoio integral a agricultura familiar; mudança no decreto nº 433, para a

compra das terras a vista; implantação da Universidade da Reforma Agrária no Pontal; e assistência.

Leia mais sobre esse assunto em http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/01/15/mst-invade-pelo-menos-23-fazendas-em-sp-923514504.asp#ixzz1LPy6TaK4
© 1996 - 2011. Todos os direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A.

MST invade pelo menos 23 fazendas em SP - João Alberto Pedrini – O Globo – 15/01/2011

SÃO PAULO E PRESIDENTE PRUDENTE (SP) - Pelo menos 23 propriedades rurais foram ocupadas na madrugada de sábado por cinco organizações de sem-terra em três diferentes regiões do estado de São Paulo. Na região do Pontal do Paranapanema, onde o dissidente do MST José Rainha Júnior afirma ter mobilizado 5 mil trabalhadores, foram ocupadas cinco fazendas, 13 na região de Araçatuba e mais cinco na Alta Paulista. A mobilização dos sem-terra, já batizada de "Janeiro Quente" quer marcar posição no começo do governo da presidente Dilma Rousseff.

Em algumas das 23 propriedades os sem-terra nem chegaram a entrar, mas estão acampados nas imediações. De acordo com Rainha, um grande acampamento começou a ser montado no município de Teodoro Sampaio, no Pontal, local considerado o centro de uma área de 92,6 mil hectares consideradas públicas, segundo decisão recente da 2ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). "As terras do 15º Perímetro são do povo. São da reforma agrária", afirmou Rainha em nota divulgada ontem.

- Estamos construindo um grande acampamento nos 92 mil hectares de terras públicas no Pontal, almejando agilizar as arrecadações destas terras e assentar mais de 8 mil famílias acampadas anos e anos nas margens das estradas dos municípios do Pontal, Araçatuba e Alta Paulista. Estas terras foram todas griladas pelos latifundiários amparados pelo governo dos tucanos há décadas - disse ainda o líder na nota.

O comando da Polícia Militar da região confirmou a grande mobilização dos sem-terra e informou não ter registro de qualquer conflito, mas garantiu estar acompanhando as ações. "Não queremos conflito, apenas diálogo e negociação", disse José Rainha na nota. Segundo líder sem-terra, além do MST, estão mobilizados trabalhadores do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast), do Movi9mento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), do Unidos pela Terra (Uniterra) e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo (Feraesp) que tem o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região.

De acordo com o documento divulgado por Rainha, assinado pelas entidades dos sem-terra , os alvos são fazendas improdutivas. O objetivo é agilizar as arrecadações de terras e assentar mais de 8 mil famílias acampadas nas estradas de

diversos municípios paulistas. O "Janeiro Quente" quer chamar a atenção do governo do estado para a "inclusão social do trabalhador rural desempregado, pelo fim do regime de escravidão nos canaviais, pelo fim da pobreza e da exploração, pelo fim do latifúndio e por justiça social".

Segundo a nota, os movimentos reivindicam dos "Poderes Executivo e Legislativo" atualização dos índices de produtividade datado de 1970; assentamento urgente das famílias acampadas; agroindústria e programa de biodiesel para os assentados; apoio integral a agricultura familiar; mudança no decreto nº 433, para a compra das terras a vista; implantação da Universidade da Reforma Agrária no Pontal; e assistência.

Leia mais sobre esse assunto em http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/01/15/mst-invade-pelo-menos-23-fazendas-em-sp-923514504.asp#ixzz1LQgUh48a

© 1996 - 2011. Todos os direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A.

MST intensifica ação e ocupa 35 fazendas – O Globo – O País – 17/01/2011

João Alberto Pedrini

PRESIDENTE PRUDENTE (SP). A onda de ocupações será inten- sificada esta semana, segundo José Rainha, dissidente do Movimento dos Trabalhado- res Rurais Sem-Terra (MST) que ainda exerce liderança junto a grupos que lutam pela reforma agrária. Ontem, com uma nova ofensiva, o grupo de Rainha passou a ocupar 35 áreas na região do Pontal do Paranapanema, onde será rea- lizada hoje uma reunião para planejar novas ocupações no chamado "Janeiro Quente".

A Polícia Militar não tem ain- da um balanço com o número oficial de invasões, mas preten- de reforçar o efetivo para as pró- ximas semanas. O governo pau- lista, através do Instituto de Ter- ras de São Paulo (Itesp), aguar- da uma decisão da Justiça para discutir o programa de reforma agrária naquela região. Segundo a assessoria do Itesp, "os 92 mil hectares que o MST reivindica no Pontal foram julgados terra devoluta em favor do estado pe- lo Superior Tribunal de Justiça em agosto de 2010 mas, como ainda cabe recurso, o governo estadual só reivindicará as ter- ras após julgamento."

— No meu entendimento, temos que fortalecer a luta pe- la terra e continuar agindo para pressionar o governo a agilizar as arrecadações para fins de reforma agrária — disse José Rainha.Ninguém da direção nacional do MST foi encontrado ontem para comentar a ação comandada por ele.

Já foram registradas ações em diferentes cidades paulis- tas. Na sexta-feira à noite, em Tupã, a 514 quilômetros de São Paulo, cerca de 350 pes- soas invadiram a fazenda San- ta Elza. O grupo já começou a montar barracas, assim como em áreas nas regiões de Araça- tuba e Agudos

UDR critica o governo e os sem-terra - João Alberto Pedrini - O Globo – O País – 17/01/2011

Ruralistas dizem que movimento mente sobre ocupações

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, questionou o número de propriedades que teriam sido invadidas pelos sem-terra:— Liguei para vários associados, donos de terras onde os movimentos anunciaram a invasão. Muitos desmentiram qualquer ocupação. Os sem-terra mentem. Esse número de invasões não é real. É para fazer drama — garate Nabhan.

Ele criticou também a postura do Estado e afirmou haver uma "inversão de valores" nos processos de ações discriminatórias e reivindicatórias:— O governo está agindo pior que os sem-terra — afirma ele, que já havia criticado o movimento feito pela Secretaria estadual de Justiça que, na última semana, teve um encontro com lideranças dos sem-terra para discutir os processos no estado.

Lista de ocupações em São Paulo é extensa

Um acampamento com cerca de mil pessoas foi montado na rodovia de acesso à usina Alcídia, pertencente à empresa ETH Bioenergia, da Organiza- ção Odebrecht, em Teodoro Sampaio. O local é destinado à produção de etanol. Ontem, pouco antes das 8h, um grupo invadiu a Fazenda Guarani, em Presidente Bernardes, cujos trabalhadores foram obrigados a parar de trabalhar quando chegou o comboio de carros e motocicletas. Militantes informaram que a fazenda tem cerca de 500 hectares e já foi considerada devoluta pela Justiça.

Entre as propriedades rurais ocupadas até o momento estão a Oito e Meio e Guarani, em Presidente Bernardes; Guiomar, em Panorama; Três Cinos, em Caiuá; Santo Antônio, em Presidente Epi- tácio; Bela Vista, em Emilianópolis; Carú e Paulicéia, em Rinópolis; São Benedito, em Iepê; Santa Elza, em Tupã; Santa Barba, em Queiroz; Carregos da Cruz e Santa Fátima, em Santo Antônio do Aracanguá; Portuguesa, em Vicentinópolis; Santa Cecília e Rosa Branca, em Araçatuba; Santo Antônio e São Bento, em Bilac; Guararema, em Gabriel Monteiro; Córrego Azul, em Guararapes; Aroeira, em Brejo Alegre; e Geada, em Agudos.

Além do MST, estão mobilizados trabalhadores do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast), do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), do Unidos pela Terra (Uniterra) e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo (Feraesp), que conta com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de sindicatos de trabalhadores rurais da região.

* Especial para o GLOBO

Na Bahia, ordens judiciais são descumpridas – O Globo – O País – 17/01/2011

Fazendas permanecem ocupadas mesmo com reintegração de posse

● SALVADOR. A despeito de ordens judiciais, integrantes do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) permanecem em áreas invadidas em diversos municípios da Bahia. No extremo Sul do estado, dez fazendas ocupadas que já tiveram suas reintegrações de posse emitidas pela Justiça estão sem prazo determinado para serem devolvidas aos donos.

Em Itabela, a 671 quilôme- tros de Salvador, a reintegração de posse da fazenda Maragojipe foi emitida pela Justiça em novembro de 2008 e até hoje não foi cumprida. No local, estão cerca de 70 famílias do MST, que alegam que a área é improdutiva. Elas chegaram a deixar a área após a reintegração, indo para uma estrada ao lado da fazenda. Seis meses depois, no entanto, retornaram e não mais saíram.

A ação não livra nem propriedades do Estado. Em Feira de Santana, a bandeira do MST está fincada no portal de entrada da fazenda Cruzeiro do Mocó. A propriedade do governo estadual, usada pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) para pesquisa e treinamento, foi invadida em maio de 2009. A empresa pediu a reintegração de posse, que foi concedida em 31 de julho do mesmo ano. Mas até hoje os sem terra continuam ocupando 55 hectares. A EBDA afirma que foram comprometidas atividades como capacitação para agricultores familiares.

Em maio de 2007, após um grave conflito que envolveu policiais militares e integrantes do MST no município de Itapitanga, o governo do estado instituiu uma norma que impede o cumprimento imediato da reintegração de posse. A orientação da PM é comunicar a Casa Militar do governador e planejar sem pressa a desocupação de áreas invadidas. O governo baiano, por meio de sua assessoria de comunicação, informou que a norma não é para atrasar a reintegração de posse, mas para garantir que o processo ocorra sem conflitos.

Futuro da reforma agrária fica em xeque – Estado de São Paulo – Capa – 20/01/2011

Números do Incra mostram que 38% das 924 mil famílias já instaladas em assentamentos da reforma agrária não obtêm nem um salário mínimo por mês. O estudo pôs em dúvida o futuro desse modelo no processo de erradicação da miséria, prometida pela presidente Dilma, informa Roldão Arruda. A dúvida é se vale a pena continuar investindo em novos assentamentos, como querem os semterra, ou se o melhor é aprimorar os já existentes. Segundo o Incra, 58% deles têm péssimas estradas de acesso, dificultando o escoamento da produção. NACIONAL / PÁG. A4

Plano de Dilma para erradicar pobreza põe em xeque modelo de reforma agraria – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2011

Estrela das mais brilhantes no início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário adentra o governo de Dilma Rousseff em meio a uma polêmica envolvendo seu papel no programa de erradicação da miséria – que está sendo desenhado pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

A polêmica teve início dias atrás, quando, ao ser convocado para apresentar

sugestões para o programa, técnicos do Desenvolvimento Agrário apresentaram uma série de números que, em vez de esclarecer, provocaram dúvidas sobre o futuro da reforma agrária no governo Dilma.

Os dados, coletados no final do ano passado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) revelam que 38% do total de 924 mil famílias já instaladas em assentamentos da reforma agrária no Brasil não conseguem obter com seu trabalho sequer um salário mínimo por mês.

Os números também apontam que a pobreza se concentra de maneira dramática nas regiões Norte e Nordeste: do total de 38% de famílias em condições de pobreza nos assentamentos, 95% se encontram nessas duas regiões.

O contraste pode ser melhor demonstrado na comparação entre dois Estados. Enquanto no Ceará 47% dos assentados alcançam no máximo um salário mínimo mensal e 27% não atingem sequer a meio salário, em Santa Catarina 73% dos beneficiados pela reforma têm renda superior a dois salários e 29% ultrapassam cinco salários.

A dúvida instalada no governo é se, diante desses números, vale a pena continuar com a política de investir em novos assentamentos, como reivindicam os movimentos de sem-terra e defendem especialistas do Desenvolvimento Agrário. O que se ouve cada vez mais no Ministério do Desenvolvimento Social é que se deveria seguir outro caminho, investindo mais na melhoria do que já existe.

Inclusão. Por esse viés, os beneficiários da reforma agrária, assim como os atendidos pelo Bolsa Família, já tiveram um empurrão inicial para sair da miséria, com a concessão da terra, o crédito inicial para a produção agrícola e a construção da moradia. Precisam agora de ferramentas para andar com as próprias pernas, dentro do conceito de inclusão produtiva, repetido de maneira cada vez mais insistente entre os articuladores do programa de erradicação da miséria.

A equação não é simples – tanto pelas dimensões do problema quanto pelas suas nuances. Embora os movimentos de sem-terra critiquem a lentidão nos processos que envolvem a reforma, o Brasil tem um total de 8.763 assentamentos, que ocupam uma área de 76 milhões de hectares. Nesse território, equivalente a 9% do nacional, vivem 3,7 milhões de brasileiros, população maior que a do Amazonas, em torno de 3,5 milhões.

Dificuldades. De maneira geral, a situação dos assentamentos não é boa. Segundo o Incra, 58% deles têm péssimas estradas de acesso, o que dificulta o escoamento de qualquer tipo de produção agrícola, e 56% não contam com redes de energia elétrica. Em termos de escolaridade também não há nada para se comemorar: apenas 5% dos agricultores assentados tem ensino médio completo.

Além das dificuldades gerais, os especialistas têm que considerar as características específicas de cada região do País. Nos Estados do Nordeste, que concentram 46% dos assentamentos, o maior problema é a falta de água. Nas áreas do semiárido, a maioria deles não dispõe sequer de conhecimentos e recursos para captar, armazenar e manejar a água dos períodos de chuva.

Na região Norte, para onde foram levadas mais de 400 mil famílias (43% do total), especialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), os maiores problemas são de acesso aos mercados consumidores. Em outras regiões, as famílias necessitam de mais crédito para a produção agrícola e ainda têm dificuldades para acessá-lo. O que se viu, nas primeiras rodadas de debate no interior do governo, é que, apesar da ênfase que se costuma dar à importância dos assentamentos para a produção de alimentos e, consequentemente, para o combate à miséria e à fome, muitos deles ainda fazem parte

do problema – e não da solução.

Surpreendentemente, durante uma reunião realizada dias atrás, técnicos do Incra sugeriram que o principal foco de atuação da entidade no novo governo seja prioritariamente a renda de produção e a escolarização. Isso significaria, entre outras coisas, melhorar a infraestrutura produtiva, fomentar a produção e apoiar a comercialização.

Juiz proíbe MST de acampar em áreas e rodovias públicas – José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2011

O juiz João Alexandre Sanches Batagelo, da Vara Cível de Bilac, no oeste paulista, proibiu o Movimento dos Sem-Terra (MST) de montar acampamentos em rodovias, estradas, acessos e outras áreas públicas do município, sob pena de multa diária de R$ 10 mil. A decisão inédita, dada na terça-feira, em ação movida pela prefeitura de Piacatu, obrigou o MST de José Rainha Júnior a desmontar às pressas, ontem, quatro acampamentos nas duas cidades. Os acampamentos fazem parte do chamado "janeiro quente" – jornada de invasões do movimento prevista para o mês. Militantes que estavam acampados na frente das fazendas Califórnia e Santo Anastácio, em Gabriel Monteiro, e Santo Antonio e São Bento, em Bilac, deslocaram-se para a região de Tupã.

Na decisão, o juiz argumenta que a medida destina-se à "manutenção dos autores (prefeituras) na posse das estradas municipais, pavimentadas ou não, acessos públicos e qualquer outra área pública rural ou urbana".

Após Era Lula, foco no campo muda e discutirá eficiência – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2011

Quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República pela primeira vez, em janeiro de 2003, o foco principal da discus- são sobre reforma agrária era o volume de assentamentos que o novo governo faria. A expectativa de que iniciasse, como prometera na campanha, um programa massivo de distribuição de terras, provocou uma onda de invasões e instalação de acampamentos à margem de rodovias, sob o comando de vá- rias organizações, especialmente o Movimento dos Sem-Terra (MST).

Convocado por Lula para elaborar o 2.o Plano Nacional de Reforma Agrária, o então petista Plínio de Arruda Sampaio definiu como meta o assentamento de 1 milhão de famílias em quatro anos. O programa foi chancelado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, mas encalhou no Ministério da Fazenda. No final, a meta foi reduzida a menos da metade.

No governo Dilma Rousseff, além de não ter sido anunciada nenhuma meta ambiciosa de assentamento, se discute internamente a eficiência dos que já foram instalados. Fala-se na emancipação das famílias assentadas, o que não é nenhum

exagero, considerando que boa parte delas só sobrevive com o Bolsa Família e outros programas de transferência de renda.

Outra mudança é que o atual ministro, o deputado baiano Afonso Florence (PT), que ascendeu ao posto com o apoio do governa- dor Jaques Wagner, da Bahia, não tem a força que tinha Rossetto em 2003. As metas que ele estuda para a sua pasta estão sendo discuti- das previamente com a ministra Tereza Cam- pello, do Desenvolvimento Social – uma das mulheres fortes do governo Dilma, ao lado de Miriam Belchior, do Planejamento.

Nada indica que o governo deixará de criar assentamentos. Vários estão na fase final de instalação, faltando apenas pagar as terras reivindicadas. Estima-se em R$ 600 milhões o valor a ser pago por áreas já definidas como próprias para a reforma.
O que parece estar ficando mais claro no atual governo é que a simples distribuição de terras não é a panaceia para a solução dos problemas dos pobres na zona rural. Depois de instaladas na terras, as famílias precisam de apoio para passar a produzir e, por fim, andar com as próprias pernas.

Ruralistas criticam 'favelização' do campo - Andrea Jubé Vianna – Estado de São Paulo – Nacional – 20/01/2011

A possibilidade de uma alteração na política de governo na área de reforma agrária não surpreende a oposição. Segundo a presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO),
mais de uma pesquisa já teria demonstrado a ineficácia do atual modelo. "É o mais ineficiente programa de combate à pobreza", diz ela. "Como programa para o desenvolvimento econômico tem resultado zero."

Para a senadora, os assentados vivem precariamente, com graves deficiências nas áreas de saúde e educação. "A reforma virou mais uma bandeira de luta política que uma solução de fato. O modelo está errado: patrimônio não transfere renda, o que gera renda é eficiência, gestão e competitividade", conclui.

O vice-presidente do DEM e membro da Frente Parlamentar do Agronegócio, deputado Ronaldo Caiado (GO), também acha que a mudança de rota seria o caminho mais "lógico e racional". Na mesma linha de Kátia Abreu, ele afirma que o atual modelo de reforma agrária não tem como sobreviver, porque a população dos assentamentos vive na miséria, com baixa escolaridade e renda mínima. "É um modelo falido, o governo precisa ver que ojogoéoutro,temdeseroda eficiência, do resultado. O que não é possível é continuar esse processo de favelização do campo", afirma.

Para o deputado Dr. Rosinha, filiado ao PT do Paraná e defensor dos movimentos de sem-terra, a política de melhoria dos assentamentos não deve impedir a criação de outros. Para ele, as duas políticas não excludentes.

Ele observa que o Incra já teria iniciado, no governo passado, uma política de recuperação dos assentamentos abandonados pelas famílias inicialmente selecionadas para ocupá-los e que hoje estariam sendo ilegalmente arrendados. O deputado também ressalta que lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) apoiam essa política de recuperação das terras arrendadas e a sua reocupação por famílias interessadas na produção de alimentos. "O que falta é funcionário no Incra e

estrutura para aprofundar essa política", lamenta.

O levantamento do Incra também localizou áreas que, após terem sido repassadas para terceiros, perderam completamente sua ligação com a proposta da reforma agrária. O melhor, defendem alguns técnicos, seria seu desligamento do programa.

Reforma agrária, uma agenda atual – ROLF HACKBART – Folha de São Paulo – Opinião – 21/01/2011

Hoje, existem 8.763 assentamentos de reforma agrária no país em que vivem 924.272 famílias. O governo Lula incorporou 48,4 milhões de hectares de terras, assentando 614.092 famílias. Também foram criados 3.551 novos assentamentos nos últimos oito anos.

Em 2003, o orçamento geral do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi de R$ 1,5 bilhão. Em 2010, saltou para R$ 4,5 bilhões. Minha afirmação de que a reforma agrária está colocada na agenda nacional sob os aspectos econômico, ambiental e social foi corroborada com a recente pesquisa sobre qualidade de vida, produção e renda nos assentamentos.

Em dados objetivos, a pesquisa demonstrou que a política de acesso à terra é um importante investimento em renda, emprego, cidadania e justiça social. Coordenada pelo Incra e executada com o apoio das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Pelotas (UFPEL), a pesquisa aplicou um questionário a 16.153 famílias em 1.164 assentamentos de todos os Estados, mais o Distrito Federal. Essas informações servirão, dentre outros objetivos, para conhecer a realidade dos assentamentos, orientar as prioridades do próximo plano plurianual e referenciar estudos e reformulações das políticas de reforma agrária.

Comparando as condições de vida das famílias em relação à situação anterior ao assentamento, para 64,86% delas o acesso à alimentação melhorou. A mesma aprovação se dá em relação à moradia (73,50%), à renda (63,08%) e à saúde (47,28%). Dentre os 216 produtos pesquisados, leite, milho e feijão se destacam na formação da renda da maioria das famílias.

A produção agropecuária representa a maior fatia na composição da renda, acima de 50%, derrubando a velha falácia de que os assentamentos são improdutivos. A alfabetização dos assentados alcança 84%, mas o maior desafio está nos ensinos médio e superior, com acesso inferior a 10%. Pelo menos 70% das moradias possuem mais de cinco cômodos, 79% informaram acesso suficiente à água e 76% possuem energia elétrica.

Os primeiros resultados da pesquisa reafirmam o conjunto de políticas públicas desenvolvidas durante o governo Lula e que terão continuidade na gestão Dilma Rousseff, a exemplo do acesso à energia e da comercialização da produção pelos assentados por meio do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, além das compras de merenda escolar.

Ademais, os assentamentos refletem a realidade socioeconômica das regiões em que estão inseridos.

Portanto, a política de reforma agrária deve ser parte integrante do modelo de agricultura que queremos para o país. A geração de renda nos assentamentos, o

ordenamento fundiário e a regularização ambiental são, a meu ver, os principais focos de atenção para o próximo período.

Trata-se do desenvolvimento rural sustentável, que tem no seu principal meio de produção, a terra, um fator de distribuição da renda e de redução da pobreza no Brasil.

ROLF HACKBART é economista e ocupa a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desde 2003.

CNA: Assentamentos Rurais devem garantir renda e dignidade aos que vivem no Campo – Sítio Eletrônico da CNA – 22/01/2011

Brasília (22/01/2011) – A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu hoje, em mensagem aos universitários que participam da segunda edição do Projeto SENAR RONDON, a melhoria da qualidade dos assentamentos rurais do País como forma de garantir renda e dignidade às pessoas que vivem no campo. Após as visitas aos assentamentos rurais selecionados, os estudantes que participam do projeto poderão sugerir ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) ações que possam explorar as potencialidades de cada uma das regiões, trazendo um mínimo de renda e qualidade de vida às populações rurais.

Segundo a presidente da CNA, para fazer a reforma agrária não basta um pedaço de terra. "Precisa muito mais do que isso para obter renda, para obter o sustento. As políticas precisam vir juntas, não só o crédito com juro barato, com condição para pagamento. É preciso assistência técnica e programas que os ensinem os produtores a comercializar suas produções", afirmou a senadora.

Para a senadora, "é dever ético, moral e de cidadão" se preocupar com a situação do campo como um todo e não apenas com as 1,2 milhão de propriedades que desenvolvem o agronegócio no País. Ela afirmou, também, que os produtores não são contra a reforma agrária, mas sim contra a invasão de terras, que trazem insegurança jurídica ao campo. "Todos nós precisamos ter segurança de que a lei vai proteger os nossos direitos. Não somos contrários aos assentamentos, mas reivindicamos providências de governo em relação a essas invasões que trazem intranqüilidade e violência para o campo", disse a senadora.

A presidente da CNA lembrou aos estudantes que os governos precisam

entender a necessidade de adoção de políticas diferenciadas para o campo. "As políticas públicas para o campo precisam ser diferentes, não significa melhores, mas diferentes, porque as características são diferentes do que acontece nas cidades", completou.

Começa agora - Os 170 universitários selecionados participaram do evento de abertura da segunda edição do SENAR Rondon, neste sábado, na sede da CNA, em Brasília, A partir de deste domingo (23/1), eles visitarão assentamentos rurais de 10 municípios de Goiás, Minas Gerais, Bahia e Tocantins. Segundo o secretário executivo do SENAR, Daniel Carrara, técnicos da entidade dos quatro Estados selecionados darão seqüência posteriormente ao trabalho desenvolvido pelos estudantes universitários. Ele admitiu que são muitos os desafios nos assentamentos e que os alunos aprenderão diante das dificuldades.

Autoridades do Ceará fornecem água envenenada à população – Sítio Eletrônico do MST – 23/02/2011

O presidente da Fapija (Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi) admite que dá permissão para o uso da água contaminada por agrotóxicos em troca de R$ 350 mil por mês para projeto de irrigação.

O presidente da SAAE (Sistema Autônomo de Água e Esgoto) de Limoeiro do Norte apoia a distribuição da água contaminada: "as pessoas querem a água ali, e não há agora outra forma de levar se não retirando do projeto de irrigação."

Pelo menos 17 pessoas na comunidade tiveram câncer. Outros apresentaram doenças como dermatites, desregulação hormonal, dificuldades respiratórias e insuficiência do fígado e dos rins. Um agricultor de 29 anos morreu por uma doença crônica no fígado. Em todos esses casos, percebeu-se a influência de substâncias usadas nos agrotóxicos.

São chocantes as informações apresentadas na matéria publicada pela Uol Notícias no último dia 13, veja na íntegra:

Sem alternativa, comunidade usa água contaminada por agrotóxicos no interior do Ceará

Incolor, inodora, insípida. Assim é a água que a comunidade de Tomé, no alto da Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte (a 198 km de Fortaleza), recebe nas torneiras de todas as suas casas. Contudo, ao analisar 46 amostras dessa água retiradas

de diferentes pontos de distribuição, um estudo da Faculdade de Medicina da UFC (Universidade Federal do Ceará) constatou que em todas há resquícios de diferentes tipos de defensivos agrícolas [agrotóxicos], o que faz dessa água uma ameaça à saúde de todos que a ingerem.

Supostamente por denunciar esse fato, o líder comunitário José Maria Filho, conhecido como Zé Maria do Tomé, foi morto com 19 tiros em abril do ano passado, crime até hoje impune. E agora, o Ministério Público do Estado do Ceará ingressou na Justiça uma ação civil pública para pedir a suspensão imediata da entrega dessa água aos moradores do local e sua substituição por água potável, própria para o consumo, nem que seja por carros-pipa.

A água, distribuída pelo SAAE (Sistema Autônomo de Água e Esgoto) de Limoeiro do Norte, é retirada de canais do projeto de irrigação Jaguaribe-Apodi, do Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra as Secas). Nesse projeto, estão instaladas empresas nacionais e multinacionais que produzem frutas e grãos e que pulverizam agrotóxicos nas plantações, tanto com o auxílio de tratores como de aviões. Da mesma forma que atingem as lavouras, esses defensivos caem na água, que corre a céu aberto entre os lotes irrigados, até chegar nas casas das famílias de Tomé.

A água é cobrada regularmente pelo SAAE. “Em síntese, o SAAE de Limoeiro do Norte cobra pelo serviço de fornecimento de água, o qual vem prestando de forma absolutamente ineficiente, pois fornece água imprópria ao consumo humano aos consumidores residentes na comunidade do Tomé”, diz a ação civil pública assinada pela promotora Bianca Leal Mello da Silva Sampaio.

A permissão para o uso da água é dada pela Fapija (Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi), que, em troca, recebe do SAAE o equivalente aos custos da energia elétrica do projeto de irrigação, cerca de R$ 350 mil por mês. Apesar de fornecer a água, o próprio presidente da Fapija, Raimundo César dos Santos, não garante que ela é potável. “Essa é uma água de uso exclusivo para irrigação. A gente não se responsabiliza por ela”, afirmou, minimizando, em seguida, o tom de alerta da própria fala. “Fizemos um estudo de R$ 1.500 nessa água e não encontramos nada de errado. E lá está disponível para qualquer cidadão atestar isso também.”

Em frente a um das piscinas do projeto que funcionam como reservatório, porém, a própria entidade mandou instalar placas com os seguintes dizeres: “Atenção, água não potável” e “Atenção, proibido banho e pesca”.

Santos justifica a permissão para o uso da água para abastecimento humano como uma forma de viabilizar o uso da energia elétrica para o bombeamento para irrigação. “Estamos no alto da Chapada do Apodi, a 110 metros de altitude, e toda a água que passa pelos 40 quilômetros de canais precisa ser bombeada o tempo todo. São 4.800 metros cúbicos de água por hora e sete bombas. Se não for assim, não dá para ter plantação de nada”, afirmou.

Danos à saúde

O estudo do grupo Tramas, da Faculdade de Medicina da UFC, constatou a presença

de 22 princípios ativos de agrotóxicos na água consumida pela comunidade de Tomé, assim como em outras quatro localidades. Entre os defensivos há inseticidas, fungicidas, herbicidas e acaricidas. Eles são usados, segundo o geógrafo Diego Gadelha, do curso de Saneamento Ambiental do IFCE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará), especialmente para combater uma praga das plantações de banana, a sigatoka-amarela, um fungo que aparece nos bananais em períodos chuvosos, por causa da umidade.

Quando há pulverização aérea, o veneno não atinge só a água. As casas dos moradores da região também são afetadas, além dos próprios moradores. A pulverização com trator também não evita estragos. "Há um estudo da Cogerh (Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará) que mostra que água subterrânea, de poços, também está contaminada. Com isso, os animais, os alimentos, as pessoas, tudo está sendo atingido. E os danos vão aparecer principalmente a longo prazo, já que o veneno fica se acumulando no organismo", disse.

Para alguns que trabalham na agricultura, os sintomas, porém, já são visíveis. Pelo menos 17 pessoas na comunidade tiveram câncer, doença que pode estar relacionada à exposição prolongada aos agrotóxicos. Outros apresentaram doenças como dermatites, desregulação hormonal, dificuldades respiratórias e insuficiência do fígado e dos rins. Um agricultor de 29 anos morreu por uma doença crônica no fígado. Em todos esses casos, percebeu-se a influência de substâncias usadas nos defensivos agrícolas.

Depois da morte de Zé Maria com 19 tiros, bem na época em que foi divulgado o estudo da UFC comprovando a existência de agrotóxicos na água entregue no Tomé, a população dali - cerca de 2.000 pessoas - ficou assustada. Ainda assim, todo dia 21, data em que o líder da comunidade foi morto, acontece uma manifestação na região.

A constatação de que a água está imprópria para o consumo humano, porém, não fez com que a maioria parasse de usá-la. "Há uns três meses, a prefeitura começou a mandar água em carros-pipa para abastecer caixas d'água da localidade. Só que, aos poucos, como não é nada simples sair de casa com o balde para buscar água, as pessoas voltaram a usar a da torneira. E a própria prefeitura, há um mês, deixou de abastecer de novo os reservatórios com água potável", disse o geógrafo Gadelha. "Como os problemas não surgem do dia para a noite, todos vão usando", completou.

Para o presidente do SAAE, Antônio Mauro da Costa, as pessoas querem a água ali, e não há agora outra forma de levar se não retirando do projeto de irrigação. A única alternativa seria a construção de uma adutora, no valor de R$ 7,5 milhões, dinheiro que ainda não tem previsão de ser conseguido. Costa afirma que também tem estudos que mostram que a água é boa para o consumo, apesar de a Fapija ter instalado placas informando que ali a água não é potável.

"Se ali a água é contaminada, a do rio Jaguaribe também é, e a dos outros afluentes e de toda região do Vale do Jaguaribe também são, porque aqui existe a maior empresa a céu aberto do Nordeste, onde mais de 10 mil pessoas são empregadas. E a luta é para se aumentar a área irrigada. Se não puder mais usar os defensivos, tudo isso vai acabar", disse Costa.

Raquel Rigotto: A herança maldita do agronegócio – Sítio Eletrônico do MST – 23/01/2011

"O uso dos agrotóxicos não significa produção de alimentos, significa concentração de terra, contaminação do meio ambiente e do ser humano"

Raquel Rigotto é professora e pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Núcleo Tramas – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde. A pesquisadora contesta o modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo Brasil e prevê que para as populações locais restará a "herança maldita" do agronegócio: doenças e terra degradada.

Desde 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos para se tornar o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, é também o principal destino de agrotóxicos proibidos em outros países.

Viomundo – O Brasil continua sendo o maior consumidor de agrotóxicos do mundo?
Raquel Rigotto - Os dados de 2008 e 2009 apontaram isso, eu não vi ainda os de 2010. Mas nos anos anteriores tivemos esse triste título.

V – Por que a senhora acha que o Brasil vai nesse contra-fluxo? Os Estados Unidos e a UE proibindo o uso de agrotóxicos e o Brasil aumentando o consumo?
RR - É um fenômeno que tem muito a ver com o contexto da reestruturação produtiva, inclusive da forma como ela se expressa no campo. Nós estamos tendo na América Latina, como um todo, uma série de empreendimentos agrícolas que se fundam na monocultura, no desmatamento, são cultivos extensivos, de área muito grande, então isso praticamente obriga a um uso muito intenso de agrotóxicos. Então tem a ver com a expansão do chamado agronegócio na América Latina, como um todo.

V – Existem pesquisas que comprovam os malefícios dos agrotóxicos?
RR – Sim, os agrotóxicos antes de serem registrados no Brasil, eles são analisados pelo Ministério da Saúde, da Agricultura e do Meio Ambiente e eles são classificados de acordo com sua toxicidade para a saúde humana e de acordo com o seu impacto para o meio ambiente. Então desde o começo, quando eles são registrados, a gente já sabe que eles são produtos nocivos. Isso já vem descrito nas monografias que as próprias indústrias fabricantes apresentam para os órgãos dos governos. Aqueles que são classificados como grupo 1, por exemplo, do ponto de vista da toxicidade para a saúde humana, são aqueles que são extremamente tóxicos, depois vêm os altamente tóxicos e os moderadamente tóxicos ou os pouco tóxicos.
Já sabemos desde o início que são substâncias nocivas à vida e têm impacto não só

sobre as pragas mas sobre as pessoas e os ecossistemas. Agora, para além disso nós temos uma larga gama de estudos mostrando os impactos ambientais dos agrotóxicos, as contaminações de água, de ar, de solo, de redução da biodiversidade, de contaminação de alimentos, e também do ponto de vista da saúde humana, que vai desde a intoxicação aguda até os chamados efeitos crônicos.

V – Se a nocividade desses produtos é algo comprovado, por que eles não são banidos?

RR - Na verdade, o que se construiu foi o que a gente chama de paradigma do uso seguro. Quer dizer, se reconhece que há uma nocividade mas também se propõe estabelecer condições para o uso seguro. Aí você tem limitações desde os tipos de cultivos em que cada produto pode ser usado, o limite máximo de tolerância dele no ambiente de trabalho, até mesmo na água de consumo humano, o tipo de equipamento de proteção que deve ser fornecido aos trabalhadores e também a informação que eles devem ter.

Você tem um amplo aparato legislativo que criaria condições para um suposto uso seguro desses produtos. Mas a partir das experiências nossas aqui de cultivo na fruticultura irrigada para exportação no Ceará, a gente vem questionando muito se existe esse uso seguro. Por exemplo, o governo estadual, que tem o órgão estadual de meio ambiente, que deteria a atribuição de acordo com a legislação federal de monitorar os impactos ambientais dos agrotóxicos, não dispõe de um laboratório que seja capaz de identificar a contaminação da água por agrotóxicos. Na pesquisa, enviamos as amostras para Minas Gerais porque no Ceará não tem órgãos públicos que o façam. E nem mesmo no setor privado tem instituições de segurança. E existem uma série de outras evidências de que essas condições do uso seguro não estão vigendo.

V – Hoje o mundo precisa dos agrotóxicos?

RR – Vivemos um discurso de que os agrotóxicos redimiriam o mundo da fome. Isso nós experimentamos historicamente e própria ONU e a FAO reconhecem que houve o aumento da produção daquilo que chamamos hoje de commodities, como a soja, o açúcar, a cana, mas isso não implicou segurança alimentar e redução dos padrões de desnutrição e subnutrição entre os mais pobres. Ampliou-se a produção dessas commodities mas sequer a gente pode chamá-las de alimentos porque o problema da fome persiste.

Quem produz alimentos, quem produz comida realmente no Brasil, é a agricultura familiar. No ano de 2008, mais de 50% dos agrotóxicos consumidos no Brasil foi nas plantações de soja. Essa soja é em grande parte exportada para ser transformada em ração animal e subsidiar o consumo europeu e norte-americano de carne. Então isso não significa alimentação para o nosso povo, significa concentração de terra, redução de biodiversidade, contaminação de água, solo e ar e contaminação dos trabalhadores e das famílias que vivem no entorno desses empreendimentos. Além das enormes perdas para os ecossistemas, o cerrado, a caatinga e até mesmo o amazônico, que está sendo invadido pela expansão da fronteira agrícola.

Então é claro que deixar de usar agrotóxico não é algo que se possa fazer de um dia para o outro, de acordo com o que os agrônomos têm discutido, mas por outro lado nós temos muitas experiências extremamente positivas de agroecologia, que é a produção de alimentos utilizando conhecimentos tradicionais das comunidades e saberes científicos sensíveis da perspectiva da justiça sócio-ambiental. Esses sim,

produzem qualidade de vida, bem viver, soberania e segurança alimentar, e conservação e preservação das condições ambientais e culturais.

V - Como a senhora avalia a política do governo Lula em relação aos agrotóxicos?

RR – O governo Lula teve um papel muito importante na expansão do agronegócio no Brasil. Para dar dados bem sintéticos, o financiamento que o governo disponibilizou para o agronegócio anualmente foi em torno de 100 bilhões de reais e para a agricultura familiar foi em torno de 16 bilhões de reais. Então há um desnível muito grande.

O governo Lula foi omisso em relação às legislações vigentes no Brasil desde 1997, que concedem uma isenção de 60% do ICMS para os agrotóxicos. Ou seja, existe um estímulo fiscal à comercialização, produção e uso dos agrotóxicos no país. Isso, evidentemente, atrai no espaço mundial investimentos para o nosso país, investimentos que trabalham com a contaminação. Também poderíamos falar das políticas públicas, continuamos com o Sistema Único de Saúde, que apesar de ser da maior importância enquanto sistema de universalidade, equidade, participação e integração, ainda é um sistema completamente inadequado para atender a população do campo.

Ainda é um sistema cego para as intoxicações agudas e os efeitos crônicos dos agrotóxicos. E com raríssimas exceções nesse enorme país, é um sistema que ainda não consegue identificar, notificar, previnir e tratar a população adequadamente. Existe uma série de hiatos para a ação pública que precisam ser garantidos para que se possa respeitar a Constituição Federal no que ela diz respeito ao meio ambiente e à saúde.

V – Alguns agrotóxicos tem sido revistos pela ANVISA. Como esse processo tem corrido?

RR – A ANVISA pautou desde 2006, se não me engano, a reavaliação de 14 agrotóxicos. Segundo estudos inclusive dos próprios produtores, as condições relatadas no momento do registro tinham se alterado e, portanto, pensaram em reavaliar as substâncias. Esse processo vem correndo de forma bastante atropelada porque o sindicato da indústria que fabrica o que eles chamam de "defensivos agrícolas", utiliza não só de suas articulações com o poder político no Senado Federal, com a bancada ruralista, mas também de influências sobre o Judiciário, e gerou uma série de processos judiciais contra a ANVISA, que é o órgão do Ministério da Saúde responsável legalmente por essas atribuições. Mas alguns processos já foram concluídos.

V – A senhora acha que essa reavaliação pode ser vista como um avanço na política nacional?

RR – A ANVISA é um órgão que tem lutado com competência para cumprir aquilo que a legislação exige que ela faça mas às vezes ela tem encontrado falto de apoio dentro dos próprios órgãos públicos federais. Muitas vezes o próprio Ministério da Agricultura não se mostra comprometido com a preservação da saúde e do meio ambiente como deveria, a Casa Civil muitas vezes interfere diretamente nesses processos, o Ministério da Saúde muitas vezes não tem compreensão da importância desse trabalho de reavaliação dos agrotóxicos. A ANVISA é uma das dimensões da política pública, no que toca às substâncias químicas, que vem tentando se

desenvolver de maneira adequada, mas com muitos obstáculos. No contexto mais geral, a gente ainda enxerga poucos avanços.

V – As perspectivas daqui pra frente, no governo Dilma, não trazem muita esperança, então…

RR – Acho que vamos ter a tarefa histórica, enquanto pesquisadores, movimentos sociais e profissionais da saúde, de expôr ao governo Dilma as gravíssimas implicações desse modelo de desenvolvimento agrícola para a saúde da população como um todo. Porque não são só os agricultores ou os empregados do agronegócio, os atingidos por esse processo. Aqui no nosso caso [do Ceará], por exemplo, o rio que banha essas empresas e empreendimentos, que é o rio Jaguaribe, é o mesmo cuja água é trazida para Fortaleza, para abastecer uma região metropolitana de mais de 5 milhões de pessoas. Essa água pode estar contaminada com agrotóxicos e isso não vem sendo acompanhado pelo SUS.

Nós temos toda a questão das implicações da ingestão de alimentos contaminados por agrotóxicos na saúde da população. Em que medida esse acento dos cânceres, por exemplo, na nossa população, como causa de morbidade e de mortalidade cada vez maior no Brasil, não tem a ver com a ingestão diária de pequenas doses de diversos princípios ativos de agrotóxicos, que alteram o funcionamento do nosso corpo e facilitam a ocorrência de processos como esse, já comprovado em diversos estudos. Então é preciso que o governo esteja atento.

Nós temos uma responsabilidade de preservar essa riqueza ambiental que o nosso país tem e isso é um diferencial nosso no plano internacional hoje. Não podemos deixar que nossa biodiversidade, solos férteis, florestas, clima, luz solar, sejam cobiçados por empresas que não têm critério de respeito à saúde humana e ao meio ambiente quando se instalam naquilo que elas entendem como países de terceiro mundo ou países subdesenvolvidos.

V – Por que o Brasil com tamanha biodiversidade, terra fértil e água necessita de tanto agrotóxico?

RR – Porque a monocultura, que é a escolha do modelo do agronegócio, ao destruir a biodiversidade e plantar enormes extensões com um único cultivo, cria condições favoráveis ao que eles chamam de pragas, que na verdade são manifestações normais de um ecossistema reagindo a uma agressão. Quando surgem essas pragas, começa o uso de agrotóxico e aí vem todo o interessa da indústria química, que tem faturado bilhões e bilhões de dólares anualmente no nosso país vendendo esse tipo de substância e alimentando essa cultura de que a solução é usar mais e mais veneno. Nós temos visto na área da nossa pesquisa, no cultivo do abacaxi, eram utilizados mais de 18 princípios ativos diferentes de agrotóxicos para o combate de cinco pragas. Depois de alguns anos, a própria empresa desistiu de produzir abacaxi porque, ainda que com o uso dos venenos, ela não conseguiu controlar as pragas. Então é um modelo que, em si mesmo, é insustentável, é autofágico. As empresas vêm, degradam o solo e a saúde humana e vão embora impunemente. Fica para as populações locais aquilo que alguns autores têm chamado de herança maldita, que é a doença, a terra degradada, infértil e improdutiva.

Combate ao trabalho escravo motiva atividades pelo país - Sítio eletrônico da CPT - 26/01/2011

A data de 28 de janeiro foi oficializada como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Entidades públicas e organizações civis organizam eventos como manifestações, debates e lançamentos de documentos sobre o tema.
Confira vídeo sobre o Dia de Combate ao Trabalho escravo aqui.

(Por Repórter Brasil)

A última semana de janeiro concentra diversos eventos em vários estados do país para marcar a data de 28 de janeiro, oficializada como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Depois da "estreia" em 2010, esta será a segunda vez em que entidades públicas e organizações civis aproveitarão a oportunidade para tentar atrair mais atenção ao problema.
As atividades têm o propósito de sensibilizar o público em geral acerca do tema e de aumentar a pressão social para que haja cada vez mais avanços no sentido da erradicação do trabalho escravo contemporâneo.
Neste ano, já foram divulgadas programações de eventos referentes à semana especial em pelo menos sete estados - Maranhão, Minas Gerais, Pará, São Paulo, Piaúi, Mato Grosso e Distrito Federal.
A sequência de eventos começa com o lançamento do **"Atlas Político-Jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão", na próxima quinta-feira (27)**. O documento foi produzido pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH) de Açailândia (MA) e traz compilações e análises de dados sobre processos envolvendo a prática do crime de trabalho escravo em dezenas de fazendas no Estado do Maranhão. A obra reúne uma amostragem das informações que constam no acervo de arquivos do CDVDH e de diferentes órgãos governamentais sobre o tema.
Marcado para às 19h, na sede do CDVDH - Rua Bom Jesus, 576 -, o lançamento do Atlas contará com a presença de membros do Poder Judiciário, parlamentares federais e estaduais, integrantes da comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Maranhão, representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
Manifestação
O dia 28 de janeiro foi escolhido como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo para homenagear os auditores fiscais do trabalho Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, assassinados nesse mesmo dia em 2004, durante fiscalização na

zona rural de Unaí (MG). Fiscalização ocorrida no final do ano passado encontrou 131 trabalhadores submetidos à escravidão em fazendas dessa mesma região produtora de feijão.

Na próxima sexta-feira (28), às 10h da manhã, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalhado (Sinait) promoverá **uma manifestação para marcar os sete anos da Chacina de Unaí, em frente ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Belo Horizonte (MG).**

O protesto cobrará o julgamento dos principais envolvidos com o crime. Atualmente, quatro réus se encontram em liberdade, beneficiados por habeas corpus, e outros cinco (acusados de participar da execução) permanecem presos na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem (MG).

Antério Mânica, um dos réus em liberdade que foi denunciado como mandante do crime, teve seu processo desmembrado dos demais por ter sido eleito prefeito de Unaí (MG) e ter adquirido o direito de ser julgado em foro especial. Por determinação da Justiça, ele somente será julgado após a conclusão do julgamento dos outros acusados.

Debates

A cidade de Belém (PA) sediará o **seminário "Trabalho Escravo no Pará, desafios e Propostas para a Erradicação"**. O evento terá início n**a próxima sexta-feira (28)** e contará com a presença do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8a Região (TRT-8), José Maria Quadros de Alencar; da diretora da Escola Judicial do TRT-8, Sulamir Monassa; e do presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8a Região (Amatra-8), Gabriel Velloso Filho; e do senador José Nery (PSol-PA) - que propôs a criação da data comemorativa, será homenageado e está deixando o Congresso Nacional.

Como parte da programação da manhã, frei Xavier Plassat, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresentará o painel "Trabalho Escravo no Brasil e no Pará: Situação e Perspectiva". O seminário também contará com a presença de José Guerra, coordenador-geral da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae); do coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Luiz Machado; da auditora fiscal do trabalho Jacqueline Carrijo; e do superintendente Valdiney Arruda, que abordará a experiência da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Mato Grosso (Coetrae-MT).

Os debates continuarão à tarde com a participação da procuradora do trabalho Débora Tito Farias, da Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete) do Ministério Público do Trabalho (MPT), do juiz do trabalho Francisco Milton, do TRT-8, de Ana Souza Pinto, também da CPT, de Mary Cohen, da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB e de Valena Jacob, da Comissão de Combate ao Trabalho Escravo da OAB do Pará, bem como de Ricardo Rezende Figueira, do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Movimento Humanos Direitos (MHuD).

No sábado (29), serão identificadas ações prioritárias para o combate ao trabalho escravo no Estado do Pará. Organizado pela Amatra-8, pela CPT e pela Escola Judicial do TRT 8ª Região, o seminário será realizado no auditório do TRT-8 (Tv. Dom Pedro I, 750, Bairro Umarizal).

Na capital paulista, **a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP) realizará audiência pública sobre trabalho escravo urbano**, com foco específico na indústria do vestuário. Foram convidados para o debate as representações do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, do SindiVestuário - que reúne os três maiores sindicatos patronais da indústria de vestuário do país -, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) e da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex), além de integrantes de outras organizações ligadas ao tema. **As discussões erão abertas ao público em geral e estão agendas para o dia 28 (quinta), das 9h às 12h, no auditório da SRTE/SP (Rua Martins Fontes, 109, 2º andar).**

Ato e culto

O Fórum Estadual de Erradicação do Aliciamento e de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo do Piauí, formado por entidades públicas e da sociedade civil, promove o **I Ato Público em comemoração à data, na sexta-feira (28), às 8h, no canteiro da Av. Frei Serafim, em frente a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Piauí (SRTE/PI), em Teresina (PI).**

O objetivo do evento é entregar uma carta-manifesto às autoridades e à imprensa local, além de alertar a população do Estado sobre o crescimento de empresas do Piauí na "lista suja" do trabalho escravo. Durante o ato, haverá apresentações artísticas, panfletagem, exposição fotográfica, coleta de assinaturas para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001 - que prevê o confisco de terras onde houver flagrante de escravidão e permanece parada à espera de votação no plenário da Câmara dos Deputados desde 2004 - e para que a Campanha da Fraternidade em 2013 trate da temática do "Tráfico de Seres Humanos/Trabalho Escravo".

Em Cuiabá (MT), a Coetrae-MT realizará culto ecumênico alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, no próprio dia 28 (sexta), às 8h no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), que fica na Rua Mestre João Guimarães, 102.

Frentes

Também como parte da programação da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, será realizada **reunião conjunta das Frentes Parlamentar Mista e da Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, Na quinta-feira da semana que vem (3 de fevereiro), às 9h30, em Brasília (DF).**

A abertura será realizada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), vice-presidente da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo. Um panorama da situação do trabalho escravo no Brasil será apresentado por Leonardo Sakamoto, da ONG Repórter Brasil.

Luiz Machado, da OIT, fará um balanço do combate ao trabalho escravo no país. A palestra PEC do Trabalho Escravo e o Congresso Nacional será apresentada por Luís Antonio Camargo, subprocurador geral do trabalho. Está prevista ainda a presença da ministra Maria do Rosário, da SEDH/PR, que preside a Conatrae. A reunião está agendada para a Sala da Comissão de Direitos Humanos, na Ala Nilo Coelho, Sala 02, no Senado Federal.

O Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, foi instituído pela Lei nº 12.064, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 29 de Outubro de 2009.

O encontro com a dura realidade dos assentamentos rurais - Sítio Eletrônico da CNA - 27/01/2011

"Prepare seu coração para as histórias que eu vou contar"... Com essas palavras, que lembram a letra da música "Disparada", a coordenadora da equipe do Senar Rondon que está no assentamento 'Marcos Correia Lins", no município de São Domingos (GO), Iara Grillo, começou a relatar mais um dia de atividades.

Nesta quarta-feira à noite, ela reuniu os estudantes para ouvir a opinião de cada um sobre os primeiros dias de trabalho no assentamento. As histórias que os alunos contam mostram a dura realidade dos brasileiros que vivem, carentes de tudo, nas áreas rurais mais distantes do país. "Todo o grupo está muito envolvido. A cada minuto tem vários emocionados. Não esperava que fosse tão duro", desabafa Iara.

"Um pai me disse que não tem mandado os dois filhos para a escola, pois um tempo atrás eles se depararam com uma onça no caminho. Eles andam em média 10 quilometros para chegar na escola," conta o aluno Cleber Sampaio de Souza, da enfermagem. E prossegue, "ao aferir a pressão arterial de um senhor, constatei que estava 240x220mmHg. Preferi conversar e investigar o que poderia estar colaborando com o quadro.Todos que estavam por perto ficaram emocionados com a história de vida daquele senhor. Perdeu esposa e filho. Não tem ninguém no mundo. Aliás, percebemos que os assentados não se conhecem, nem mesmo as crianças. Nunca pensei em ver o que estou vendo", conclui Cleber.

Carolina Scuteri Nascimento, estudante de pedagogia, conta que no livro dos sonhos, feito junto com as crianças, a maioria desenhou uma casa ou fazendeiro. O professor Antonio Banzato, que acompanha os alunos, acrescenta que as crianças também colocaram cercas nos desenhos. "O fato de terem ganho a terra é o que aconteceu de mais importante na vida deles."

A equipe de Serviço Social está visitando família por família. A professora Vera Cristina de Souza lembra de uma. "Ao pedirmos a carteira de vacinação dos dois filhos para o pai deles, notamos que era aniversário de um dos meninos. Nem ele, nem o pai sabiam. Nunca tinham comemorado aniversário. As meninas cantaram

parabéns, a monitora Helena deu a sua mochila para o garoto e ele chorou de emoção".

Apesar dessa realidade, bem diferente da vivida por todos do Senar Rondon em suas cidades, a coordenadora Iara diz que em todas as conversas com os moradores do assentamento eles afirmam que são felizes e que são gratos por terem uma terra.

Projeto de Dorothy é cenário de faroeste – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Poder – 30/01/2011

Seis anos após morte de missionária no Pará, programa de agricultura familiar enfrenta ameaças e desmatamento ilegal

Antes unidos em torno da religiosa, assentados perderam confiança em instituição e racharam em dois grupos rivais

Quase seis anos após a morte da missionária Dorothy Stang, um dos marcos da violência agrária na Amazônia, seu projeto de uso sustentável da floresta no assentamento Esperança, em Anapu (PA), desmoronou.

Em vez de agricultura familiar numa floresta preservada, como a religiosa defendia, o PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) em que ela foi assassinada se tornou um cenário de faroeste -com divisões internas, ameaças públicas de morte e desmatamento ilegal.

A americana naturalizada brasileira Dorothy Stang foi morta com seis tiros em 12 de fevereiro de 2005, aos 73 anos, no PDS Esperança.

Cinco pessoas foram condenadas como mandantes ou autoras do crime (leia texto nesta página).

No ano passado a tensão voltou ao local. Aumentou a venda de lotes -80% deles já foram negociados, diz a CPT (Comissão Pastoral da Terra)- e as invasões. Segundo o Incra, 22 famílias estão em áreas de reserva ambiental.

A associação de moradores passou para as mãos de um grupo ligado ao prefeito Francisco de Assis Souza (PT). Ex-pupilo de Dorothy, ele tem como vice o fazendeiro Délio Fernandes, apontado como interessado na morte dela -ele nega.

Muitos trabalhadores rurais que seguiam a missionária começaram a desmatar, acuados pela miséria.

"Não tem de onde tirar dinheiro", disse Welton de Aquino, um dos três moradores que admitiram à **Folha** terem vendido toras, o que é ilegal. No caso dele, foram 15 toras em troca de R$ 5.000.

"Se a Dorothy estivesse aqui, a gente não estava nessa situação", afirmou a mulher de Welton, Roseni Gomes de Lima, sob uma foto da religiosa colada na parede de seu barraco de tábuas.

O culto a Dorothy continua, mas a confiança nos membros da CPT, da qual a missionária fazia parte, diminuiu. Parte dos moradores disse à **Folha** que foram pessoas ligadas à comissão que começaram a lucrar com os desmatamentos, dando sinal de que a prática era aceitável.

Antes unido sob Dorothy, o PDS Esperança está hoje rachado: há os que apoiam a associação ligada ao prefeito e os que continuam seguindo os passos da CPT, liderada pelo padre José Amaro.

AUDIÊNCIA

Depois de protestos feitos por ambos os lados neste mês, que levaram ao fechamento de estradas e exigiram a ida de homens da Força Nacional de Segurança para Anapu, o governo federal organizou uma audiência pública na última terça-feira, que a Folha acompanhou.

Na audiência, Josildo Carlos de Freitas, do Sindicato de Trabalhadores Rurais e também ligado ao prefeito, pegou o microfone para dizer ao padre Amaro, em frente à plateia de cerca de mil pessoas, que seria melhor se ele pedisse transferência de cidade, "para seu próprio bem". "Ouvi dizer que você já cheira a defunto", disse.

Amaro e Jane Dwyer, missionária da mesma congregação de Stang, veem na tentativa de culpar a CPT pelo início do desmatamento uma nuvem de fumaça. "O que eles [prefeito e Délio Fernandes] querem é ter toda aquela madeira para eles. Já falavam a mesma coisa da Dorothy", disse Dwyer.

Para ela, a eleição do prefeito foi o estopim para a volta da tensão. "Ele manipula o povo", disse.

Missionária foi morta após conflito agrário – João Carlos Magalhães - Folha de São Paulo – Poder – 30/01/2011

DO ENVIADO A ANAPU (PA)

Foi a defesa do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança que levou à morte da missionária Dorothy Stang, em 2005, segundo o Ministério Público do Pará.

Investigações sobre o crime indicaram que as acusações dela atrapalhavam os planos de Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, e de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, ao mostrar que eles tentavam, ilegalmente, ter a posse de um lote do assentamento, criado em 2004.

Dorothy sustentava que Taradão tinha documentos falsificados do lote 55. Bida seria uma espécie de preposto dele no local.

Bida e Taradão foram condenados como mandantes, apesar de o último esperar em liberdade a decisão sobre um recurso. Eles negam o crime.

(JCM)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa

Apoio